

MOVIMENTOS SOCIAIS EM DIÁLOGO COM O SERVIÇO SOCIAL

SOCIAL MOVEMENTS ALIGNED WITH SOCIAL WORK

Wellen Candido Lopes

Bacharel em Direito (UNIC), Licenciada em Pedagogia (UNINTER) e Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Orientadora Educacional Polo de Apoio Presencial EaD UNINTER em Cuiabá/MT – wellenadvocacia@hotmail.com

Renato Oliveira Santana

Bacharel e Licenciado em História (UCDB) e Mestre em Educação (UCDB). Gestor de Polo de Apoio Educacional UNINTER em Cuiabá/MT– orenatus@gmail.com

RESUMO

As lutas sociais tiveram grande contribuição para a consolidação do processo democrático. Os movimentos sociais, através de seus agentes ativistas, incorporaram uma narrativa antagonista ao modelo de ordem dominante. Esta quebra de paradigma, ressignificou novas práticas democráticas, o que acabou por fortalecer as vozes minoritárias expressas nos discursos de massa. Os cenários de lutas e contradições destacam a construção de uma identidade dos movimentos sociais, onde as novas experiências se consolidam frente ao cenário da ordem atual. Inicialmente, as organizações de resistências, eram organizadas a partir dos sindicatos. Com a expansão das lutas sociais, os discursos de proletariado e elite atravessaram novas fronteiras, compreendendo outros grupos e novas frentes. O serviço social tem comprometimento com as questões sociais, atendendo as demandas destas ações. Isso significa que o discurso contido nos movimentos sociais, é de importante valia para o estudo desta área.

Palavras Chave: Movimentos Sociais; Serviço Social; Lutas Sociais; Identidade.

ABSTRACT

Social struggle has contributed greatly to consolidate the democratic process. Social movements, through their representatives, incorporated an antagonist narrative to the current Establishment. Such paradigm break ressignified new democratic practices, which strengthened society non-heard voices. The scenario of struggle and contradiction emphasizes the construction of an identity for social movements where new experiences are consolidated due to contemporary reality. At the beginning, resistance movements started within labor unions. When social struggle started spreading, the proletariat and the elite points of view reached new boundaries influencing other groups and new fronts. Social work is committed to social issues as well as meeting the needs of such issues. It means the message within social movements is paramount for such topic.

Keywords: Social Movements; Social Work; Social Struggle; Identity.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo proposto remete-se ao diálogo existente entre o serviço social e os movimentos sociais. Por se tratar de um assunto de pouca visibilidade, se faz necessário repercutir no meio acadêmico, propostas temáticas desconhecidas até mesmo dos assistentes sociais. Há muitas pesquisas sobre o tema movimentos sociais e seus vários desdobramentos, entretanto, relacionando serviço social e movimentos sociais, não se percebe a mesma abundância conforme destacado pelas autoras Moro e Marques (2011).

A produção de pesquisas sobre o tema, tendo como referência os trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores Sociais (ENPESS), demonstra inexpressividade sobre o assunto, ao menos em seu referencial quantitativo, no que se refere ao debate profissional e acadêmico (MORO e MARQUES, 2011).

Por uma revisão bibliográfica, analisaremos a relação do serviço social com o movimento social, sua trajetória histórica até o governo Fernando Henrique Cardoso, principais características e sua conceituação. Neste contexto, partindo da premissa de uma governabilidade dominante, a participação dos sujeitos ativos é que irá presidir o procedimento de interação homem-Estado em busca de transformações sociais.

Movimentos Sociais, características e definição

A conceituação de movimentos sociais é bastante complexa, não havendo, portanto, uma unanimidade conceitual sobre a temática. Sob o olhar de Marx (1986) a perspectiva dos movimentos sociais é fomentada a partir da contradição entre o capital e o trabalho. Scherer Warren (1984) descreve a teoria da libertação, onde os movimentos atuam no sentido de buscar a superação da opressão dominadora. Hall (2003), ao descrever a diáspora como movimento social, nos leva a reflexão do discurso do colonizador e do colonizado, a partir das nuances da teoria da identidade.

Alonso (2009) descreve que surgiram algumas teorias para explicar os movimentos sociais. A Teoria de Mobilização de Recursos, criada nos Estados Unidos na década de 1970, comparava os movimentos sociais aos fenômenos sociais e partia do pressuposto da análise comportamental das organizações. Além desta, a Teoria do Processo Político, baseada em explicações culturais e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais que se deslocam dos conflitos de classes para as novas concepções culturais contemporâneas. Para a autora, os novos movimentos culturais servem como uma forma de alternativa e complementação aos pensamentos da esquerda/de oposição do sistema.

Ao conceituar a definição de movimentos sociais é preciso entender a diferença entre movimento e grupos de interesse. Tomamos como base os pensamentos de Gohn (2000), ao abordamos esta divisão conceitual. Segundo a autora, para que seja considerado um movimento é necessário que a ação coletiva de um grupo tenha um parâmetro em comum, ou seja, uma identidade social. O modo de ação coletiva, a exemplo dos protestos ou ocupações, é considerado estratégias de ação, mas que sozinhos não são movimentos sociais. “Fatores como carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política.” (GOHN, 2000, p.13).

Para a autora, os movimentos sociais geram inovações e uma identidade coletiva. “Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos grupos.” (GOHN, 2000, p.13). Os movimentos sociais são, portanto, ações coletivas construídas pelos sujeitos ativistas. “Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas” (GOHN, 2000, p.13).

Até início do século XX, a ideia de movimento social estava associada apenas ao contexto organizacional de sindicatos de trabalhadores. O método do materialismo histórico defendido por Marx, analisava a luta de classes como um motor para o processo histórico, onde a plataforma de organização do Estado capilarizava entre os interesses de classe. Para a teoria marxista, o capitalismo era o maior responsável pela ampliação da miséria e o Estado Burguês era o responsável pela ditadura do proletariado, iniciando, portanto, a luta de classes (FERNANDES e AQUINO, 2016).

Os sujeitos coletivos analisados sob a ótica marxista remetiam às concepções de classes, sendo que somente ao final da década de 1970, foi que o termo movimentos sociais foi agregado com maior visibilidade às ciências sociais. Os teóricos marxistas debatiam sobre as lutas de classes, porém, não discutiam a conceituação de classe social, o olhar crítico era voltado para a importância destes agentes coletivos nas transformações históricas (LACLAU, 1986). Somente após este período é que houve o deslocamento das lutas de classes para os movimentos sociais organizados (LACLAU, 1986).

O surgimento destes novos autores coletivos é o que Beras (2013, p.120) denomina de “processo de institucionalização-geração de demandas em um espaço regulado pelo estado”. Esta relação de novos autores sociais serve como uma base social heterogênea e de negociação, contribuindo para o processo de construção de uma identidade coletiva. Este processo de transformação passa a atuar como uma quebra de paradigmas, onde as massas, antes vistas como objeto passional do autoritarismo, passam a se converter em movimentos com aspectos políticos institucionais. Estes grupos, portanto, servem de parâmetros que irão nortear o comportamento do Estado.

As transformações sociais possibilitaram a abertura de espaços de discussão, onde as negociações passam a ser fomentadas em detrimento de um sentimento de opressão e de autoridade antes vista pela figura do Estado. A tradição democrática é que serviu justamente como um meio possível de diálogo entre o Estado e estes movimentos. Beras (2013) busca em De La Cruz (1987), para descrever as rupturas do modelo social dominante, frente às novas tendências sociais: “A ruptura cultural; a ruptura do modelo estatal; a ruptura do modelo de desenvolvimento” (DE LA CRUZ 1987 apud BERAS, 2013, p.119).

A sociedade passa a descobrir o seu lugar na política e o protagonismo político passa a ser descentralizado, saindo das mãos dos sindicatos e partidos e sendo direcionado às massas que passam a ocupar os mais variados espaços sociais. Estes movimentos surgem como território para novas vozes, antes desconhecidas, “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (TELLES 1987, p. 66). Isto significa que

estes movimentos criaram a possibilidade de novos espaços alternativos de lutas (LACLAU, 1986).

Os movimentos se articulam com um discurso de uma nova cultura social, questionando os critérios de distribuição de poder e renda; propondo uma democracia representativa; reagindo contrariamente as formas de centralização e exclusão; e defendendo uma postura de autonomia e de gestão. Laclau (1986) esclarece que as organizações tradicionais possuíam características peculiares, um exemplo disso era o discurso teleológico e revolucionário (marxista) e a representatividade também ser carregada de uma dimensão unificada. A principal característica dos movimentos sociais contemporâneos é contestar a lógica da ordem.

Touraine (2003) esclarece que os movimentos sociais ao contrario das organizações tradicionais, não se manifestam a partir de uma ordem pré-estabelecida ou através de uma experiência integrada, o sujeito é avocado para um novo processo de identificação que vai além de uma ação coletiva. “Nessa perspectiva teórica, as escolhas identitárias, inclusive dos agentes dos movimentos, incluem-se em momentos de decisões, tendo em vista a adesão a determinados projetos políticos e discursos”. (RODRIGUES 2011, p. 152).

O individuo é assim chamado a compor temáticas que antes eram apenas discutidas em um universo particular e restrito que frente a esta nova ordem, engloba o sujeito como ser pertencente a este novo espaço. Assim, as questões de gênero, de cor e raça, por exemplo, passam a ter novos significados. Esta luta por reconhecimento de particularidade e diferença provocou um tipo de debate onde se buscou a revisão de conceitos hierárquicos e de posicionamento de gênero, por exemplo. O movimento feminista que politizou o espaço doméstico, o movimento negro priorizou o uso das cotas para entrada nas universidades públicas, movimento LGBT em luta pelos direitos da diversidade, movimento contra a corrupção frente à crise institucional e política, entre outros.

As definições dos movimentos sociais se concretizaram a partir da década de 1970, “houve, então, um deslocamento dos problemas vinculados á esfera de produção, para a esfera da cultura. ” (FERNANDES E AQUINO 2006, p.82). Para estes autores, a

conceituação de movimentos sociais não pode estar desassociada das concepções de classe social, embora, também não deve se pautar conceitualmente sobre esta última.

As ações coletivas afirmam ou negam a ordem existente. Há, portanto, um processo de deslocamento e de mobilização das ações sociais para o campo político, social e cultural. Na cultura política, o grupo dominante quer garantir seu discurso de dominação, construindo a sua história a partir daquilo que entende como legítimo. Para Rodrigues (2011), os sujeitos dominantes criam no decorrer da história, alguns signos que serão reforçados e outros apagados e ícones que serão valorizados e outros desvalorizados. A autora descreve esta relação como ambígua (2011, p.153), entre os sujeitos:

As relações entre os agentes políticos farão com que as ambiguidades de ambos entrem em interação, provocando influências mútuas. Seguindo essa perspectiva teórica, podemos compreender as contradições existentes nas práticas dos sujeitos políticos — embora devemos ressaltar que não estamos nos referindo a comportamentos cínicos, mas de ambiguidades inerentes aos sujeitos.

Estas práticas discursivas constituem uma dominação de ordem, abrindo possibilidades para contestações e contradições. Isso significa que a narrativa dominante sempre irá possibilitar o antagonismo e as mudanças. Esta contraposição da hegemonia, é o que Marx (1996), entendia como luta necessária. “Ao longo da história das lutas sociais, a tradição dos revolucionários foi se formando como uma superfície de inscrição do repertório simbólico dos discursos socialistas, das esquerdas e dos agentes dos movimentos sociais”. (RODRIGUES 2011, p.155).

Os movimentos populares são carregados de uma narrativa de solidariedade que impulsiona uma práxis contrária a qualquer comportamento opressor. As demandas dos agentes sociais são no sentido de uma busca pela transformação social, até adquirir um estágio de emancipação. A sociedade civil tem buscado uma maior participação nas políticas públicas, o que acaba fomentando uma maior aproximação destes sujeitos ativistas com o poder estatal. “Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado”. (ABERS e VON BULOW 2011, p.65).

Historicamente, sempre existiu esta protagonização das forças dominadas com as dominantes, contra o aparelhamento do poder. O Estado por hora criminaliza as questões sociais, sistematizando o caráter político e coletivo e por muitas vezes reprimindo o avanço de conquistas sociais, por vezes, incorpora mecanismos de estruturação social. Esta ambivalência de caráter estatal faz com que o profissional de serviço social seja introduzido neste contexto das mobilizações, servindo como suporte inter-relacional para as questões sociais.

Movimentos Sociais e o Serviço social: Reflexões históricas

Em relação à dinâmica e surgimento do serviço social no Brasil, Fernandes e Aquino (2016), descrevem a forte influência do catolicismo nas atividades e na teorização acadêmica desta área. Os aspectos do positivismo e do assistencialismo influenciavam diretamente e os sujeitos operantes possuíam atuação profissional dúbia, ou seja, serviam ao capitalismo e ao proletariado. A igreja católica direcionou a formação do serviço social no Brasil e caracterizou até o perfil e as regras de quem poderia exercer a função.

A função era inicialmente de predominância feminina, com idade de 18 a 40 anos e de família católica renomada, preferencialmente “famílias burguesas” (FERNANDES e AQUINO, 2016). Isto facilitaria o aporte de recursos e rede de contato social, o que daria maior envergadura na captação possibilitando obras assistenciais de maior eficácia. Os autores destacam a importância das mulheres neste período, onde as mesmas, através da atuação no serviço social, além de ocuparem os espaços políticos (lutas sociais) na década de 1920, também conquistavam território profissional. Em 1932 criou-se o CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, com o objetivo de fomentar a importância das questões sociais, além de consolidar a doutrinação católica.

As transformações sociais que o Brasil vivia em 1960, diante da proposta populista do presidente João Goulart, serviram como meio de consolidação para a fomentação das ideologias de teor socialista. Este discurso de esquerda marxista se reforçava como protagonista e como uma ideologia alternativa. O serviço social surgia como uma

construção de um potencial político, idealizador do bem social, aproximando este conhecimento profissional às teorias marxistas (MORO e MARQUES, 2011; FERNANDES e AQUINO, 2016; DURIGUETTO, 2015).

O serviço social teve inicialmente um caráter assistencialista e fortemente influenciado pelos referenciais do catolicismo, mas a partir das novas ebulições sociais das classes e desigualdades existentes, ressignificou seu contexto histórico, relacionando-se de maneira orgânica as conceituações acadêmicas e as organizações dos trabalhadores. Este repensar conceitual é oriundo do desdobramento dos movimentos sociais e de seu crescimento como ação política contraditória, através dos sujeitos sociais.

Esta nova roupagem conceitual, em busca de uma ressignificação para a categoria profissional, foi academicamente discutida nas décadas de 1960 e 1970; procuravam romper com os valores tradicionais determinados a categoria, assumindo uma perspectiva crítica sobre a atuação de carência populacional e as propostas de lutas anticapitalistas, denominaram-se Movimento de Reconceituação do Serviço Social (FERNANDES e AQUINO, 2016). Com aspecto de ressignificação, os campos de luta passaram a ser incentivados como meio de atuação política e social aos assistentes sociais. “Nessa mesma direção estão às experiências profissionais vinculadas aos setores organizados nos espaços urbanos das grandes cidades, principalmente as associações de moradores, os clubes juvenis e demais organizações urbanas” (MORO e MARQUES 2011, p.28).

Duriguetto (2015) e Fernandes e Aquino (2016), concordam que com a elaboração da Constituição Federal de 1988, fortaleceu o discurso de atuação do serviço social. Fomentou o acesso à informação e as políticas públicas sociais, além do incentivo da participação popular nas temáticas de ordem econômica e social. A Carta Magna também possibilitou o surgimento dos conselhos de saúde e de assistência social, consolidando o acesso à bens e serviços, distribuição de renda, elencando direitos das crianças e adolescentes, e fomentando aspectos da diversidade de gênero e raça, ampliando o discurso social para as minorias.

Fernandes e Aquino (2016) entendem que no Plano Diretor do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), as políticas governamentais eram rotuladas como neoliberais e foram responsáveis pelo crescimento da pobreza, da liberdade do consumo

e do capital e da consolidação de um estado mínimo. O governo era taxado por defender interesses econômicos capitalistas que reforçavam o capital estrangeiro, as privatizações, além das vendas das empresas nacionais, onde seus recursos eram utilizados para o financiamento de empresas privadas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao invés de serem alocados em políticas públicas eficientes.

Draibe (2003) ao fazer uma constatação das políticas sociais do governo FHC, tece algumas críticas, mas ao contrário de Fernandes e Aquino (2016), reconhece direitos sociais importantes nesta gestão, como por exemplo, o programa Comunidade Solidária, o Programa Agente Jovem, o Bolsa Escola, Bolsa Renda, o Auxílio gás, entre outros. “Ao final do primeiro período do governo FHC, o país já contava com um sistema nacional de assistência social de forte institucionalidade, apoiado em fundos, órgãos e conselhos estaduais e municipais” (DRAIBE 2003, p.87).

Neste período, os movimentos tomaram mais consistências a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), movimentos em torno das temáticas das crianças, adolescentes e idosos que surgiam como reforço do aparato legal a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei nº. 8.069/1990) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 8.842/1994). Em relação ao serviço social, Duriguetto (2015, p. 188), descreve o momento de formalização da categoria através de seu código de ética profissional criado em 1993.

A relação interventiva do serviço social com os processos de mobilização e organização popular é explicitada, por exemplo, na lei de regulamentação da profissão (1993) que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (art. 4º, parágrafo, IX) e no nosso código de ética (1993), que afirma como direito do profissional “apoiar e ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados á luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (art.12, alínea b) e “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (art.13, alínea c).

A intervenção do serviço social vai incidir no campo social, influenciar no pensar e no agir na vida dos sujeitos. Estas reflexões irão fomentar processos que irão estimular pensamentos coletivos de resistência e de lutas. A conjuntura pós anos 1990 constatou um declínio do serviço social com os movimentos sociais. Fernandes e Aquino (2016)

descrevem que o processo de redemocratização nesta década, após o período de 30 anos de ditadura, foi um período conflituoso para o serviço social no Brasil. Esta constatação demonstra contradição histórica, justamente pelo fato do projeto político da profissão estar se consolidando neste período. “Uma exígua produção teórica da profissão tanto acerca das organizações, movimentos e lutas sociais quanto da relação da profissão com a mesma (DURIGUETTO, 2015, p.185).”

Neste sentido, Moro e Marques (2011), descrevem em sua pesquisa de forma bem detalhada que dos anos de 1995 até 2008, dos 237 trabalhos publicados nos Anais do CBAS e ENPESS, somente 3,82% abordavam a temática de movimentos sociais em relação ao serviço social. Duriguetto (2015) relata que ao analisar o banco de dados da Capes, nos períodos de 1985 até 2011, analisando os dados de teses e dissertações no programa de pós-graduação da área de serviço social, das 276 obras científicas, apenas 08 produções eram temáticas sobre o Movimento Social e Serviço Social. Para estas autoras, apesar de o movimento social ser regulamentado como uma ferramenta de trabalho há uma dificuldade de inserção do serviço social como instrumento profissional.

O serviço de assessoria aos movimentos sociais é o que solidifica o discurso das massas. Para os autores Moro e Aquino (2016), as atividades mais rotineiras desenvolvidas pelos assistentes sociais são: a capacitação de militantes; ministração de cursos; oficinas; e seminários. Para aprimoramento das relações entre estas duas frentes é necessário que algumas estratégias sejam analisadas. É necessário conhecer a ideologia da causa, suas estratégias e táticas, bem como vincular-se com ela. Conhecer a causa no sentido de buscar-se uma emancipação humana para todos os envolvidos e não aderir a um movimento de aspecto meramente político e eleitoral.

O que se deve buscar é a ideologia de práticas libertárias. Um elemento que pode exercer influência negativa nestas relações é a relação trabalho- emprego dos assistentes sociais. O discurso ideológico poderá estar comprometido dependendo da posição em que estes sujeitos se encontram nesta relação (FERNANDES e AQUINO, 2016). Nesta via de mão dupla, ora atuando como sujeito opositor às formas de resistência, ora sendo sujeito vinculado às forças de dominação, o que se deve esperar dos agentes do serviço social é um compromisso necessário para a efetivação das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os movimentos sociais surgiram frente à necessidade de contestação das forças dominantes exercidas pelo capitalismo. Estas organizações como ferramentas de luta atuam em defesa de varias frentes e justamente por esta proximidade contextual que há uma forte relação entre estes movimentos e o serviço social. As ações destes movimentos são consolidadas pelo serviço social, tanto na disseminação de ideias conceituais, como na execução de praticas de lutas.

O movimento de engajamento politico no decorrer da historia, possibilitou que a Constituição Federal de 1988, resguardasse direitos sociais fundamentais aos indivíduos. Considerando os estudos para realizar esta pesquisa, as características conflituosas do denominado capitalismo neoliberal, fomentaram a participação dos assistentes sociais, em busca de maior emancipação humana em parceria com os movimentos. Por fim, concluímos que apesar da importância da temática no meio acadêmico, conforme ficou demonstrado, são exíguas as pesquisas realizadas a respeito do diálogo do serviço social com os movimentos sociais. Expandir esta possibilidade é tão legitima e necessária, frente às barreiras sociais que enfrentamos até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. e VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp.49-86. ISSN 0102-6445.

BERAS, C. **Democracia, cidadania e sociedade civil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo soc.** [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.63-101. ISSN 0103-2070

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas in ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** (Livro Eletrônico, 14,5 Mb). São Paulo: Cortez, 2015.

FERNANDES. W. P. AQUINO. A. E. de C. **Movimentos Sociais: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o serviço social.** Curitiba. Intersaberes, 2016

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun. 2000

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011

RODRIGUES, C. M. L. Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas. In: **SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais.** Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.144-166.

SCHERER WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

TELLES, V. da S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER WARREN, I. e KRISCHKE, P. J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 2003.